



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA



ATA DA 12ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2024.

Às nove horas do dia sete de maio de dois mil e vinte e quatro, no Plenário José Mariz, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a presidência do deputado Wilson Filho, realizou-se a 12ª reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Estiveram presentes à Sessão, além do Presidente, os seguintes membros titulares: os deputados Del Wallber Virgolino e João Gonçalves, e as deputadas Camila Toscano e Lucinha Lima. Em seguida, o presidente registrou a presença da deputada Cida Ramos, a qual participou nas discussões das apreciações das matérias, e a presença de alunos de direito da faculdade UNIPÊ. Logo após, "Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo paraibano," o Senhor Presidente declarou aberta a presente reunião e convidou a deputada Camila Toscano para secretariar os trabalhos. Ato contínuo, concedeu-se a palavra a ela para que fosse lido o ato de convocação da presente reunião, publicado oficialmente no dia 06 de maio de 2024, lida a ata da 11ª Reunião Ordinária da CCJR, ocorrida no dia 23 de abril do corrente ano, e a ata da 2ª audiência pública da CCJR, realizada no dia 25 de abril do corrente ano. Depois, o Presidente as colocou em discussão e votação, ocasião em que elas foram aprovadas sem restrições, sem discussões



e por unanimidade. Após tais procedimentos e registros, os membros da Comissão apreciaram e votaram os seguintes itens da pauta: item A – Veto Nºs: Veto nº. 81/2023 – Do Governador do Estado - Veto Total, por considerar inconstitucional, ao Projeto de Lei nº 216/2023, de autoria da Deputada Francisca Motta, que "Institui a campanha de conscientização, incentivo, diagnóstico e tratamento do Transtorno do Processamento Sensorial - TPS, na rede pública de saúde do Estado da Paraíba e dá outras providências". A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela rejeição do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Veto nº 96/2024 – Do Governador do Estado - Veto Total ao Projeto de Lei nº 888/2019 de autoria do Deputado Wallber Virgolino, que "– Determina o uso de pulseiras como forma de controle de identificação da mãe e de seu recém-nascido pelas unidades de saúde do estado da Paraíba". A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que o deputado Delegado Wallber Virgolino usou da palavra para, justificando o posicionamento adotado, discordar do posicionamento adotado pela relatora, defender a matéria constante no projeto e esclarecer pontos acerca da norma. Também usou da palavra o deputado João Gonçalves, que se manifestou favoravelmente ao Parecer e expôs o posicionamento, justificando o voto. Não houve mais quem quisesse discutir e, em seguida, o Parecer foi colocado em votação. Parecer aprovado por maioria, com votos contrários do deputado Wallber Virgolino e da deputada Camila Toscano. Veto nº 102/2024 – Do Governador do Estado - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 1.095/2023 de autoria do Deputado Sargento Neto, que "Institui a aplicação do questionário instrumental para rastreamento precoce do Transtorno do Espectro Autista na rede pública e privada de educação infantil dos municípios do estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado



pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com o voto divergente do deputado Wallber Virgolino. Veto nº 104/2024 – Do Governador do Estado - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 619/2023 de autoria do Deputado Luciano Cartaxo, que "Dispõe sobre a publicação do cardápio da merenda escolar em todas as escolas públicas estaduais da Paraíba e dá outras providências". A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que nenhum deputado usou da palavra; em seguida, o Parecer foi colocado em votação e aprovado por maioria, com votos contrários do deputado Wallber Virgolino e da deputada Camila Toscano. Veto nº 108/2024 – Do Governador do Estado - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 1.131/2019 de autoria do Deputado Tovar Correia Lima, que "Estabelece medidas protetivas e procedimentos para os casos de violência contra os profissionais da educação do quadro da Secretaria de Educação da Paraíba e estabelece outras providências". A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que usaram da palavra os deputados Wallber Virgolino e Wilson Filho. Este, expondo a opinião, defendeu o parecer e posicionamento adotado pelo parecerista; aquele, discordou do parecer e apontou posicionamento contrário ao parecer. Em seguida, o parecer foi colocado em votação, ocasião em que foi aprovado por maioria, com votos contrários do deputado Wallber Virgolino e da deputada Camila Toscano. Veto nº. 112/2024 – Do Governador do Estado - Veto Parcial por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 2.763/2021 de autoria do Deputado Chió, que "Institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado da Paraíba". A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu



Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Item B – Projetos de Lei Ordinária N°s: 2189/2024 – Do Governador do Estado - Dispõe sobre o pagamento de plantões extras nas Unidades Assistenciais e Administrativas vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde; revoga a Lei n° 12.164 de 20 de dezembro de 2021 e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 2196/2024 – Do Governador do Estado - Denomina de José Luciano Agra de Oliveira (Prefeito Luciano Agra) o viaduto que está sendo construído sobre a BR-230, nas imediações da Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa) e dos Correios, na cidade de João Pessoa. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 2201/2024 – Do Governador do Estado - Denomina de Engenheiro Serafim Rodriguez Martinez, o viaduto em construção, que liga as Três Ruas, no bairro dos Bancários, ao anel externo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no município de João Pessoa, neste Estado. Foi concedido pedido de vista ao deputado João Gonçalves 2228/2024 - Do Governador do Estado - Autoriza a doação de área do acervo patrimonial do Estado da Paraíba para a Prefeitura Municipal de João Pessoa e para a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP). Foi concedido pedido de vista ao deputado Wallber Virgolino; 2255/2024 – Do Governador do Estado - Altera a Lei n° 12.029, de 27 de agosto de 2021, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, nas doações de imóveis residenciais destinados à moradia, quando vinculados a programa de habitação popular. A Relatoria da



matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1664/2024 – Do Deputado Wallber Virgolino - Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado da Paraíba o Cavalinho Nordestino Pé Duro. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que o deputado Delegado Wallber Virgolino usou da palavra para, justificando o posicionamento adotado, expor o posicionamento adotado, defender a matéria constante no projeto e esclarecer pontos acerca da norma. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1690/2024 - Do Deputado Adriano Galdino - Dispõe sobre a inclusão de polpa da fruta mangaba no cardápio da merenda escolar da rede pública de ensino do Estado da Paraíba, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, que, divergindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que falaram o deputado Del Wallber Virgolino e a deputada Cida Ramos. Não houve mais quem quisesse discutir e, em seguida, o Parecer foi colocado em votação; Parecer aprovado por unanimidade; 1699/2024 - Do Deputado Luciano Cartaxo - Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras dos serviços de televisão, internet ou telefonia por assinatura, após o cancelamento do serviço, realizarem a remoção e o descarte do cabeamento inativado e dá outras providências do Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade, com apresentação de emenda supressiva. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1726/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Concede o título



de cidadão paraibano ao deputado federal David Bezerra Ribeiro Soares. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1727/2024 - Do Deputado Caio Roberto - Cria programa de estágio para alunos do curso de psicologia nas universidades públicas estaduais e particulares da Paraíba, destinado a promover o atendimento de pais e cuidadores de pessoas com deficiência e transtornos psicológicos. A Relatoria da matéria foi do Deputado Wallber Virgolino, que, divergindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que falaram o deputado João Gonçalves e a deputada Camila Toscano, que se posicionaram contra o Parecer, cada um justificando o posicionamento. Não houve mais quem quisesse discutir e, em seguida, o Parecer foi colocado em votação; Parecer rejeitado. 1730/2024 - Do Deputado Dr. Romualdo - Proíbe ações de telemarketing via ligação telefônica realizada por robôs, bots ou qualquer programa de software, que execute tarefas automatizadas, repetitivas e pré-definidas no estado da Paraíba. Pedido de vistas concedido ao deputado João Gonçalves. Fim da apreciação das matérias. Não houve mais nada a ser deliberado e o Deputado Presidente encerrou a Sessão. Lavrou a presente ata o redator Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que, depois de lida e aprovada, será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, o Deputado Wilson Filho, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Plenário José Mariz, João Pessoa, 07 de maio de 2024.

Deputado Wilson Filho
Presidente